

IMPRESSO ESTUDANTIL E CULTURA ESCOLAR NO PIAUÍ: ANÁLISE DO JORNAL “A MOCIDADE PIAUHYENSE”

STUDENT PRINT AND SCHOOL CULTURE IN PIAUÍ: ANALYSIS OF THE NEWSPAPER “A MOCIDADE PIAUHYENSE”

Nilsângela Cardoso Lima 1

Resumo: O presente artigo analisa o jornal A Mocidade Piauiense e tem por interesse compreender as práticas de escritas e a cultura escolar piauiense na década de 1880. Entende-se que a história da educação e do jornalismo estudantil ou escolar deve ser apreendido dentro da realidade sociocultural, econômica, política do período em surgiram. Refletir sobre o assunto exige uma imersão no contexto histórico e educacional do Brasil e do Piauí, visto que os discursos veiculados em A Mocidade Piauiense oportuniza fazer uma leitura sobre a educação formal no Piauí oitocentista, momento em que o sistema escolar encontrava muitas dificuldades, sobretudo, das condições objetivas que lhes eram necessárias para funcionamento. Através deste jornal estudantil é possível compreender parte da cultura escolar piauiense e as relações existentes entre o “Colégio Nossa Senhora das Dores” e os demais sujeitos sociais envolvidos no processo ensino aprendizagem, formação, didática e projetos educacionais.

Palavras-chave: Educação. Jornalismo Estudantil. Cultura Escolar. Piauí.

Abstract: The present article analyzes the newspaper A Mocidade Piauiense and is interested in understanding the writing practices and school culture that existed in Piauí in the 1880s. It is understood that the history of education and student or school journalism should be seized within the sociocultural, economic and political reality of the period in which they emerged. To reflect on the subject requires an immersion in the historical and educational context of Brazil and Piauí, since the discourses published in A Mocidade Piauiense gives the opportunity to have an understanding about formal education in Piauí during the 1800's, when the school system found many difficulties, especially the objective conditions needed for its operation. Through this school/student newspaper it is possible to understand part of the reality of education in Piauí and the relationships between the “School Nossa Senhora das Dores” and the other social subjects involved in the learning teaching process, training, didactics and educational projects.

Keywords: Education. Student Journalism. School Culture. Piauí.

Desenvolvimento da Imprensa Brasileira e Piauiense e sua Conjuntura Histórica

A história da imprensa e do jornalismo estudantil ou escolar deve ser entendida dentro da realidade sociocultural, econômica, política do período em que surgiram. Refletir sobre o assunto exige uma imersão no contexto histórico e educacional do Brasil, visto que o aparecimento dos jornais durante boa parte do século XIX era para atender a determinados interesses e especificidades dos grupos sociais que os fundavam e os mantinham financeiramente.

De acordo com Sodré (1999), a imprensa no Brasil colônia chegou tardiamente. Um dos motivos que explica o retardamento da imprensa em terras tropicais decorre do atraso cultural da população aqui encontrada ainda na fase da pedra lascada, que não exigiu dos portugueses aparelhos políticos para destruir e substituir a cultura dos povos recém-colonizados. Assim, ao contrário das colônias espanholas e inglesas que conheceram a imprensa e a universidade no século XVI; no Brasil esses instrumentos tardaram a chegar.

Os livros foram os primeiros impressos a chegarem no Brasil colônia. No entanto, nos primeiros anos do processo de colonização, o livro era visto pelos colonizadores portugueses como um “objeto de pecado”, um “instrumento herético”, como explica Sodré (1999). A desconfiança em torno do livro era tamanha que se fez instalar a censura régia, ou seja, todo e qualquer impresso só poderia entrar na colônia portuguesa desde que autorizado pelas autoridades reconhecidas pelo Estado e pela Igreja. Por um lado, tal ação não impediu que impressos “não permitidos” chegassem ao Brasil de forma clandestina. Por outro lado, é inegável que a política de dominação portuguesa contribuiu para que o comércio de livros e a instalação de bibliotecas e livrarias demorassem a ter plena atividade aqui. Havia o interesse por parte de Portugal em manter a colônia na “ignorância” e fechada a cultura como parte do projeto de dominação das riquezas e das mentes. Por isso, “[...] não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil. Desejando colocar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas da ignorância” (SODRÉ, 1999, p. 18).

Os impedimentos oficiais foram um dos obstáculos para o surgimento da imprensa brasileira, mas não o único. Para além desse fator, deve-se ressaltar ainda as condições adversas da colônia do ponto de vista político, econômico e sociocultural. Segundo Sodré (1999, p. 16), “[...] a etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias a instalação da imprensa”. Realidade que só apresenta sinais de mudança em 1808, com a abertura dos portos e a chegada da Coroa portuguesa no Brasil.

É somente no início do século XIX que temos o surgimento da imprensa no Brasil. Em 1808, instalava-se na colônia a Impressão Régia. A medida de instalação de uma tipografia nos trópicos se dava por autorização da Corte de D. João, que aportou no Brasil naquele ano e necessitava de uma oficina para atender as necessidades burocráticas. Contudo, oficialmente, é dessa tipografia que se tem a impressão de um dos primeiros jornais brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*¹.

No século XIX, a situação de atraso no Brasil era marcante. Para Melo (1973), além dos fatores políticos e econômicos, os fatores socioculturais foram responsáveis para o surgimento tardio da imprensa brasileira e seu desenvolvimento. No seu entendimento, pelo menos, sete fatores devem ser apontados: “natureza feitorial, atraso das populações indígenas, predominância do analfabetismo, precariedade da burocracia estatal, incipiência das atividades comerciais e industriais, reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos” (MELO, 1973, p. 111). Fatores que retratam a estruturação de uma sociedade formada com bases na exploração da colônia e não tinha por interesse seu desenvolvimento. Dessa maneira, o Brasil colonial foi marcado pela “ditadura do ruralismo”, sistema escravista e agrário, descaso com as regiões interioranas que permaneceu durante muito tempo abandonadas e despovoadas, população formada por uma maioria de analfabetos e homens do campo.

No Piauí, por sua vez, a estrutura rural, agrária e escravista se consolidou por meio das fazendas de gado. Desde o processo de colonização de suas terras, firmou-se nos “sertões de

¹ Não há um consenso entre os autores que se dedicam a estudar a história da imprensa brasileira sobre o primeiro jornal. Visto que há dois jornais que surgiram em 1808, a saber: *Correio Brasiliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*. O primeiro surgiu em 01 de junho em 1808, porém era impresso em Londres, tendo como proprietário Hipólito da Costa e fazia duras críticas a Corte joanina. Já o segundo surge em 01 de setembro de 1808, sendo impresso nas oficinas da Impressão Régia e tinha caráter “oficioso”.

dentro” um tipo de economia pecuarista de exportação paralela a uma agricultura de pequena expressão e voltada para o consumo interno. O comércio no período colonial e imperial era inexpressivo e deficiente, pois a maioria das unidades produtivas eram autossuficientes, reduzida circulação monetária e estabelecimentos comerciais inexpressivos geralmente localizados nas vilas de maior importância (QUEIROZ, 2006, p. 29). Até 1852, a capital encontra-se na cidade Oeiras, cuja localização não era considerada estratégica para desenvolver a economia do Piauí.

Nesse sentido, um grupo político defende a tese de que o progresso para a região seria possível com a transferência da capital através do discurso do melhoramento dos meios de comunicação, das estradas e do aproveitamento do rio Parnaíba. No governo do Conselheiro José Antônio Saraiva, presidente da Província do Piauí, é encabeçado o plano de mudança da capital que será concretizado em agosto de 1852. O resultado dessa ação para o desenvolvimento do Piauí pode ser elucidado por Nunes (2007), quando afirma que houve o aumento da agricultura nas margens do rio Parnaíba, a navegação a vapor e o estímulo ao comércio da Província na segunda metade do século XIX:

Com a mudança da capital de Oeiras para Teresina aumenta consideravelmente a população ribeirinha do Parnaíba, e essa ocorrência manifesta-se mais intensamente com a navegação a vapor. Surgem povoações nas margens do rio e suas vizinhanças e, como consequência, há um estímulo para a incipiente agricultura da Província, que já se mostrava mais promissora nessa faixa territorial, bem como nas proximidades do litoral. E assim ficou patenteado que o principal fator do desenvolvimento é a perspectiva fácil de recurso de transportes, atraindo e nucleando povoações (NUNES, 2007, p. 189).

Sobre a educação, os empreendimentos da coroa portuguesa foram inexpressivos para mudar a realidade brasileira e piauiense do período colonial e imperial. Melo (1973, p. 122) considera que “sendo Portugal um país sem tradições educativas, é compreensível que o ensino da colônia fosse diminuto e inexpressivo. Quase só existiam ‘casas de formação sacerdotal’”. Até mesmo as reformas pombalinas, no século XVIII, não chegaram a alterar o quadro das escolas no Brasil, de maneira que das 720 escolas primárias existentes grande parte delas não funcionavam ou não contavam com mestres “eficientes” e “capazes”, e em muitas regiões não havia mestres. Melo (1973, p. 122) acrescenta que:

O ensino existente na colônia, até o início do século XIX, era limitadíssimo, circunscrevendo-se a uns poucos estabelecimentos de nível primário e secundário. Não existiam, portanto, as condições para formação de um público capaz de interessar-se por livros, e, conseqüentemente, erigir a necessidade social da imprensa. Havia, é certo, um grupo de letrados que obtivera formação superior na metrópole, mas em número também reduzido, a ponto de não justificar sequer a abertura das livrarias na colônia para distribuir livros editados em Portugal.

A realidade do cenário educacional do Brasil do período colonial e imperial é esclarecedora para a condição de atraso sociocultural existente numa sociedade em que “[...] o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão [...]” (SODRÉ, 1999, p. 16). Pinheiro Filho (1997) acrescenta que os reinóis procuraram dificultar que os habitantes da colônia fossem instruídos, apesar de não haver uma legislação específica de Portugal que a impedisse. Entretanto, a afirmação ganha força quando se encontra ofícios do século XVIII com dados de interdição da oferta de “[...] mais de uma cadeira de gramática e a de ler e escrever, porque o abuso dos estudantes superiores só servia para nutrir o orgulho próprio dos habitantes do Meio-Dia, e destitui os laços de subordinação política e civil, que devem ligar os habitantes das colônias à Metrópole” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 12) – documento enviado por D. Fernando Antônio de Noronha ao governo da

Metrópole de São Luís do Maranhão.

O processo educacional piauiense implantado pelo sistema oficial teve início no século XVIII e coexistia com o ensino informal. De acordo com Costa Filho (2006), o ensino formal e informal permaneceu até o século XIX e se completavam. Durante boa parte do período colonial a ação do governo português no sistema educacional no Piauí foi praticamente nula, assim como o desempenho da Companhia de Jesus. A atuação dos jesuítas na capitania não resultou na instalação de escolas nem de seminários. Às vésperas da Independência do Brasil, a educação piauiense acontecia sobremaneira através das “escolas familiares²”, existindo poucas escolas oficiais. Em 1820, registrava-se “[...] apenas três escolas de primeiras letras, localizadas em Oeiras, Campo Maior e Valença e duas cadeiras de ensino da língua latina, uma em Oeiras e outra em Parnaíba, para atender uma população estimada em 94.948 habitantes [...]” no Piauí (COSTA FILHO, 2006, p. 84).

A coroa portuguesa estava interessada em explorar suas colônias e o império não trouxe as mudanças esperadas. Não lhe interessava instruir a população. Lhe interessava mão-de-obra para o exercício das atividades mercantis. No caso do Piauí, em que o processo de colonização do “sertão de dentro” ganha fôlego no final do século XVII, a coroa portuguesa queria garantir a data das terras sob seu domínio sem qualquer preocupação com a instrução e a dispersão da população. No Piauí, a instrução também não estava entre as obrigações governamentais e a atuação dos jesuítas não se voltou para isso. De acordo com Pinheiro Filho (1997, p. 15),

Instrução organizada, embora precariamente, em forma de escolas, oferecida pelo público para todos aqueles que quisessem matricular seus filhos, só a tivemos às portas da independência, devido ao afrouxamento dos laços coloniais, motivado pela revolução de Portugal. Foi, exatamente, a 15 de janeiro de 1822, que se instalou oficialmente, em Oeiras, a capital de então, a primeira escola primária pública da Capitania. [...] Em 1832, ano em que surgia o primeiro jornal no Piauí, havia cinco escolas, ou cadeiras: duas em Oeiras, a capital, uma em Campo Maior, uma Valença e outra em Parnaíba.

Na última década do império, o número de escolas se amplia, de maneira que, em 1881, haviam 56 escolas divididas em primeiro e segundo grau para atender uma população de 200 mil habitantes (COSTA FILHO, 2006, p. 112). Houve aumento dos números de escolas e da população na Província do Piauí, porém, todas apresentavam um quadro problemático que já carregavam deste o período colonial, a saber: pobreza da população, falta de prédios escolares, falta de professores, má remuneração dos mestres, frequência irregular dos alunos, falta de recursos didáticos etc. Panorama que refletiu direto na educação que apresentou um fraco desenvolvimento das escolas oficiais na Província do Piauí. No tocante aos recursos didáticos, a ausência de livros e de obras instrutivas, coube aos jornais e as cartas o papel de suprir o material para o exercício da leitura de impressos e da escrita pelos alunos.

As conjunturas educacionais, sociais, políticas, econômicas e culturais estão intimamente ligadas à imprensa e ao jornalismo. De maneira que não se pode falar da atuação da imprensa e do jornalismo brasileiro e piauiense sem se debruçar, mesmo que em poucas linhas, sobre essas questões. Afinal, ambos só se desenvolveram quando essas condições lhe foram favoráveis. No Piauí, por sua vez, o primeiro jornal surge tardiamente no período imperial. Em 1832, nascia na então capital Oeiras o primeiro jornal com a denominação de *O Piauiense*.

Considerando que uma pequena parcela da sociedade brasileira e piauiense era alfabetizada, a conjugação da imprensa com os grupos de poder político se firmou desde o início. No século XIX,

2 “Receberam este nome porque o ensino ministrado no espaço doméstico por familiares letrados, por capelães ou mesmo por mestres contratados. Essas escolas constituíram-se em alternativas que as pessoas de posse e interessadas no ensino encontraram para superar as lacunas deixadas pelo sistema oficial. Nesse espaço de ensino familiar, além da alfabetização, ensinavam outras matérias, a exemplo de línguas e filosofia. As *escolas familiares*, apesar de informal, apresentavam adequação ao modelo oficial, assegurando aos seus egressos a conclusão dos seus estudos em escolas oficiais no Brasil, e até mesmo em Portugal” (COSTA FILHO, 2006, p. 76, *grifos do autor*).

até boa parte do século XX, o tipo de jornalismo praticado no Brasil e no Piauí tinha características panfletária e doutrinária e exercia o papel de porta-voz dos partidos que os criava e/ou os mantinha financeiramente. Por este motivo, o jornal impresso é fonte histórica considerável, pois é um estratégico veículo de difusão de ideias políticas, com participação decisiva na formação de estruturas de poder e na consolidação de ideologias, como afirma Pinheiro Filho (1997, p. 5).

A pesquisadora Rêgo (2001) também defende que imprensa, poder e política se correlacionavam no Piauí. Essa ligação decorre pelo fato de a educação ser um privilégio da elite naquele período, onde apenas os filhos das famílias com maior poder aquisitivo tinham condições financeiras de mantê-lo em outra província para iniciar os estudos formais no ensino primário, secundário e no curso superior, geralmente no Rio de Janeiro, Salvador ou Recife, para obtenção do diploma de bacharel. Isso também explica porque desde o século XIX e início do século XX, o jornalismo político transitava do panfletário e literário para um jornalismo noticioso e informativo. Então, é durante o império que a conjugação imprensa e literatura ganha novos formatos, como garantem os pesquisadores Ferreira e Rêgo (2014).

De acordo com Martins (2011, p. 56), é no Império que “[...] a anterior divisão antes estabelecida da política nos jornais e a literatura nas revistas fundia-se agora no jornal, pois eram literatos homens de imprensa que acabavam por fazer política”. Características outras também marcaram o jornalismo no período imperial, a exemplo do pasquim, a segmentação temática, presença de anúncios, profissionalização dos jornalistas. Apesar destes avanços técnicos e profissionais do jornalismo e da imprensa brasileira oitocentista, estes ainda encontravam entraves para se desenvolver.

A passagem de colônia para império não trouxe em seu bojo transformações suficientes para romper com a estrutura social, política, econômica e cultural existente no Brasil. As permanências do colonialismo eram mais fortes que as mudanças imperiais num país em que escravidão e a sociedade agrária continuavam a todo vapor, até mesmo porque “[...] o caráter mercantil, inerente àquela atividade, ainda não encontrava consumidores que a tornassem lucrativa no quadro da ordem escravocrata, do fraco comércio interno e do analfabetismo reinante. Logo, a despeito da mudança, o Brasil permanecia o mesmo” (MARTINS, 2011, p. 47).

É com a economia do café e suas implicações no crescimento dos centros urbanos, dinamização do comércio, extensão da malha ferroviária, a navegação a vapor, a chegada de imigrantes e a introdução de novos incrementos do progresso, tais como o cabo submarino e o telégrafo, é que a imprensa vai se tornando em um negócio. A chegada desses novos incrementos tecnológicos e do progresso refletia diretamente na imprensa, na medida em que ela teve significativa contribuição para a passagem da imprensa do tipo artesanal para o empresarial/industrial. Vale ressaltar que apesar de a imprensa assumir cada vez mais características de grande imprensa, os jornais continuavam a surgir vinculados aos grupos familiares que condicionavam o conteúdo da folha aos interesses econômicos, políticos, ideológicos e intelectuais que eles defendiam. Os jornais continuavam funcionando como tribunas das respectivas famílias ou partidos políticos.

Paralelo ao jornal de conteúdo panfletário, doutrinários e ideológico, aparecia com maior frequência outros conteúdos que disputavam espaço da página, a exemplo, das caricaturas, do folhetim de pé de página, seção feminina, anúncios/publicidade etc. À medida que a sociedade se urbanizava e se diversificava, exigia-se dos jornais novas apresentações e formatos. Dessa maneira, abria-se possibilidades para o desenvolvimento do jornalismo literário, cultural (conseguido através da “estabilidade” política entre conservadores e liberais), escolar/estudantil, dentre outros.

Jornalismo estudantil de *A Mocidade Piauiense* no “Colégio Nossa Senhora das Dores” de Teresina-PI

O jornal *A Mocidade Piauiense* foi criado em 1883, em Teresina (PI), e há registros de sua circulação até, pelo menos, o ano de 1886³. O jornal era de propriedade do “Colégio Nossa

3 Não se sabe ao certo o ano em que o jornal deixou de ser impresso, visto que até o momento não foi encontrado outros trabalhos publicados sobre o jornal *A Mocidade Piauiense*. Bem como, no Arquivo Público do Estado do Piauí não se encontram edições do jornal e no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro só há duas edições digitalizadas (1884 e 1886).

Senhora das Dores” e redigido por uma Associação de Estudantes. Em seu cabeçalho, a redação o identificava como “literário” e “noticioso”. Como não foi localizada a primeira edição do jornal para que se analisasse o editorial de lançamento com o objetivo do jornal, pode-se inferir que se trata também de um jornal escolar ou estudantil, uma vez que pertencia ao “Colégio Nossa Senhora das Dores”.

A inferência acima tem por base os autores que buscam definir a imprensa escolar/estudantil. De acordo com Amaral ([s.d.]), a imprensa estudantil é produzida no interior das instituições de ensino com a participação de discentes e/ou docentes e se caracteriza como tal por apresentar conteúdo voltados para a cultura e a vida escolar, as práticas de controle, propostas educacionais e as expectativas, denúncias e idealizações referente à educação num determinado período histórico. De forma mais específica, Werle, Brito e Nienov (2007, p. 86) definem imprensa estudantil como:

[...] um tipo de imprensa periódica educacional produzida em instituições escolares [...] por grupos de alunos que, por curto período de tempo, estão na escola e que caracterizam, em seus escritos, ocorrências e imagens diretamente vinculadas aos atores ali presentes, e ao específico momento histórico institucional. Ou seja, é um espaço em que são expressados complexos processos de influência, de produção, de disseminação de opiniões e de informações acerca das relações entre estudantes, professores, direção, turmas de alunos, interações entre diferentes estabelecimentos escolares e com a comunidade externa à escola; bem como acerca da proposta formativa da escola, valores e objetivos compartilhados ou que devam ser reforçados, reafirmados.

Historicamente, há registros da imprensa estudantil no Brasil desde o século XIX, sendo também denominada de pedagógica, educacional, didática ou escolar. No Piauí, por sua vez, é possível afirmar que houveram publicações de revistas e de jornais escolares nesse período, porém, não é possível definir o início dessa prática na imprensa local em virtude das dificuldades de acesso aos documentos e jornais estudantis, nem sempre localizados em arquivos públicos ou particulares em condições de pesquisa ou identificados/catalogados. Na lista apresentada por Lopes (2006), dos diferentes jornais e revistas escolares publicados no Piauí consta somente o jornal *A Mocidade Piauihyense* como publicação do século XIX⁴. Já a pesquisadora Queiroz (2008, p. 52) apresenta outro registro que caracteriza este tipo de jornalismo oitocentista: o jornal *A Luta* que em 1888 foi criado e redigido por alunos do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, sendo impresso na tipografia do jornal *A Reforma*. Em 1888, a propriedade e direção do Colégio ficou sob a responsabilidade do bacharel Antônio de Sousa Rubim, que também era proprietário e redator do jornal *A Reforma*. Pinheiro Filho (2007, p. 226) apresenta que o jornal *A Luta* tinha proposta voltada para a “ciências, letras e artes”.

Em 1883, o jornal *A Mocidade Piauihyense* surge num período em que o panorama educacional na capital piauiense ainda era bastante precário. Com a transferência da capital de Oeiras para a Vila Nova do Poty, em 1852, foram construídas algumas escolas públicas de primeiras letras na novel capital. De acordo com Andrade (2015), a instalação de novas escolas públicas na capital piauiense estava concernente aos interesses do Império que entendia que somente por meio do conhecimento escolarizado é que as Províncias alcançariam o progresso desejado. Apesar

4 Além do jornal *A Mocidade Piauihyense*, Lopes (2016, p. 97-98) apresenta a lista de revistas e jornais escolares do Piauí do século XX: “[...] ‘A Pátria’ (órgão oficial do colégio ‘19 de outubro’, de Parnaíba – anos 1920); ‘O Caixeiro’ (órgão dos alunos da escola do comércio da União Caixeiral); o ‘Ateneu’ (órgão dos alunos do ginásio parnaibano); ‘Juventude’ (órgão dos alunos do Ginásio São Luiz Gonzaga); a ‘Voz de Parnaíba’ (revista dos alunos do ginásio parnaibano); ‘A Escola’ (órgão das alunas do 4º ano da Escola Normal – década de 1930); ‘O Ginásio’ (órgão dos alunos do Ginásio São Francisco de Sales (década de 1930); ‘A Mocidade’ (órgão dos alunos do Liceu – década de 1930); dentre outros. Pinheiro Filho (1997) lista alguns desses jornais produzidos por grêmios literários fundados em algumas escolas, como o periódico “Cidade de Luz”, do Grêmio Literário Raimundo Correia, do Liceu Piauiense” (LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. O jornal e a revista escolar: seu lugar nos projetos educativos das escolas e sua importância para a escrita da história das instituições escolares. In: _____. (Org.). *História de instituições escolares*: sujeitos, práticas educacionais e cultura material. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 97).

dos esforços governamentais no período imperial, o que se verifica é que, ainda na segunda metade do século XIX, boa parte da educação era realizada por meio das aulas particulares e “[...] a frequência das escolas públicas primárias era de 50 alunos. As instituições escolares eram organizadas de acordo com o sexo dos educandos, normalmente as turmas eram separadas pelo gênero dos discentes, ou seja, turmas de meninos e de meninas, separadas” (ANDRADE, 2015, p. 2). Escolas funcionavam em prédios precários ou nas casas dos professores, outras eram fechadas por falta de alunos e $\frac{3}{4}$ da população não sabia ler nem escrever, como reitera Andrade (2015).

Nesse cenário educacional da segunda metade do século XIX, surgiram também vários colégios particulares em Teresina. Dentre eles, o “Colégio Nossa Senhora das Dores”, de ensino primário, fundado em 1 de maio de 1882, tendo como proprietário e diretor o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco⁵. Segundo Mendes (2007), “[...] de todas as iniciativas de escolas particulares, a que obteve maior sucesso foi o Colégio Nossa Senhora das Dores [...]. Com uma estrutura extremamente organizada, o colégio funcionava em regime de internato e externato, recebendo clientela tanto masculina quanto feminina”. De acordo com Ferro (1996, p. 71), o colégio atendia os meninos entre 6 e 18 anos, as meninas entre 6 e 12 anos. Costa Filho (2006) e Queiroz (2008) acrescentam que o estabelecimento de ensino oferecia ensino primário e secundário, sendo interno, semi-interno e externo.

Embora não se encontre registro sobre a formação da Associação de Estudantes do “Colégio Nossa Senhora das Dores” nos anos de 1884 e 1886, Queiroz (2008) apresenta alguns dados sobre a existência deste tipo de sociedade na instituição escolar na década de 1880. A autora aponta a existência da “Sociedade Recreio Juvenil” no Colégio em 1888. A sociedade era formada “professores e alunos da instituição, além de outros associados” (QUEIROZ, 2008, p. 54) e funcionava na sede do Colégio sob a presidência do então diretor, o bacharel Antônio de Sousa Rubim. Isso implica a pensar que a formação de associação ou de sociedade era uma prática corrente em Teresina, principalmente quando Queiroz (2008, p. 55) assegura que na década de 1880 cada escola de curso secundário possuía uma sociedade e seus respectivos jornais a fim de dar visibilidade aos assuntos educacionais, práticas pedagógicas, eventos e acontecimentos outros relacionados à cultura escolar, política e sociocultural.

Práticas de escrita e cultura escolar nas páginas do jornal A

Mocidade Piauhyense

Coube a Associação de Estudantes do “Colégio Nossa Senhora das Dores” a tarefa de redigir *A Mocidade Piauhyense* e apresentar seções e conteúdo de interesse do jornal que se definia como “literário e noticioso”. A edição de 30 de julho de 1984 possuía quatro páginas composta pelo “Expediente do Diretor” e as seções “Histórica”, “Poética”, “Notícias”. Nesta edição, há a informação de que o jornal era publicado uma vez por mês, ou mais se fosse possível. A assinatura anual correspondia a 5\$000 e a de seis meses o valor de 3\$000, com pagamentos adiantados. Já a de 29 de setembro de 1986 foi editada com oito páginas, organizada com o “Expediente” e as seções “Transcrições”, “Histórica”, “Poética”, “Notícias” e “Anúncios”. Em 1886, o jornal passou a ter publicação trimestral distribuída gratuitamente.

A seção “Expediente” publicadas nas edições analisadas destinava-se para os assuntos estudantis encaminhados pela direção da escola. Na edição de 30 de julho de 1984, a seção é denominada “Expediente do diretor” e discorre sobre regulamentos da instituição escolar no que concerne às solicitações de liberação dos alunos internos para passeios ou visitas dos pais e parentes, que deveriam ser por escrito; e pagamento das mensalidades, que careceriam de ser feitas no início de cada mês. Embora na edição de 29 de setembro de 1986 a seção não apareça mais intitulada “Expediente do diretor”, o conteúdo publicado é de competência da gestão do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, uma vez que apresenta dados sobre prêmios para alunos internos, semi-interno ou externos e a relação nominal dos alunos do sexo feminino e masculino do ensino primário e secundário dos meses de julho a setembro de 1886.

Através das informações publicadas no “Expediente” do jornal pode-se notar alguns

⁵ Em 1887, com o falecimento do capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, a propriedade e direção do Colégio Nossa Senhora das Dores passou a ser de responsabilidade do bacharel Antônio de Sousa Rubim.

aspectos da organização e das práticas culturais de ensino daquele período. Na relação de alunos do “Colégio Nossa Senhora das Dores” do ano de 1884 aparecem somente nomes de alunos de instrução primária e do sexo masculino que frequentavam as aulas de Português, Francês, Latim, Aritmética e Geografia. Já no ano de 1886, há duas relações de alunos. A primeira refere-se a lista de instrução primária sendo os nomes dos alunos apresentados por sexo feminino e masculino; e a segunda lista trata-se da instrução secundária e consta somente nome de alunos do sexo masculino. Essa constatação se dá porque a instrução no Império era vetada para o sexo feminino. De acordo com Queiroz (2008, p. 95), embora não houvesse lei específica para isso, até as primeiras décadas do século XX não há registros de meninas no ensino secundário ou no preparatório na Província do Piauí. Entretanto, Costa Filho (2006, p. 97) acrescenta que, neste mesmo período, “[...] há informações de mulheres cursando o ensino secundário nas províncias do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro”.

Costa Filho (2006) aborda o caráter restritivo do sistema educacional para as mulheres. No tocante a educação formal do sexo feminino balizava-se nas cadeiras de primeiras letras durante todo Império. É preciso esclarecer que a prática não era nova, pois, desde o período colonial, a mentalidade cultural piauiense, que não diferia de um todo da brasileira, entendia que a educação feminina deveria atender as necessidades própria do sexo a fim de mantê-la na situação de dependência e inferioridade em relação aos homens. Portanto, caberia à mulher da elite, sobremaneira, as noções de primeiras letras, posto que para o exercício dos papéis tradicionais femininos deveria dominar as prendas domésticas e as boas maneiras. O caráter discriminatório ainda era percebido por meio da grade curricular que era diferente para homens e mulheres.

O jornal *A Mocidade Piauiense* de 1886 apresenta alguns dados das cadeiras que eram ofertadas somente para os alunos do sexo masculino do “Colégio Nossa Senhora das Dores” e que visava atender aos interesses dos alunos que pretendiam fazer os “Exames Gerais de Preparatórios” para ingressar no ensino superior. Para o sexo masculino, aulas de Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História, Retórica, Filosofia e Música faziam parte da relação dos alunos publicadas pelo jornal. A oferta destas cadeiras pelo “Colégio Nossa Senhora das Graças” explica-se porque elas eram exigidas no referido exame.

Por meio das matérias publicadas pela redação de *A Mocidade Piauiense* tem-se acesso a algumas informações sobre a realização dos exames preparatórios, instrumento que regulamentava o ingresso de alunos nos cursos superiores do Império desde 1873. Segundo Queiroz (2008, p. 16), na década de 1880, os exames preparatórios poderiam ser realizados duas vezes ao ano em todas as capitais da Província. Para tanto, deveria haver delegados do Inspetor de Instrução e bancas examinadoras compostas por membros indicados pelos presidentes das Províncias.

Na publicação de 1884 do jornal aqui considerado, após o “Expediente” consta a matéria intitulada “Os exames preparatórios” que, como o próprio nomes já articula, tratava em detalhes como havia procedido os “Exames Gerais de Preparatórios” exigidos para ingresso nos cursos superiores do Império em Teresina naquele ano em Teresina. Para a redação do jornal, em 1884, as mesas examinadoras foram compostas por “cavalheiros inteligentes e habilitados para as mais diferentes matérias” procedendo com julgamentos criteriosos e imparciais (OS EXAMES de Preparatórios. *A Mocidade Piauiense*. Teresina, 31 jul. 1884, ano II, n. 15, p. 1). De tal modo, qualificava a lisura do processo à medida que impedia a “demasiada benevolência” e a “culposa condescendência” dos membros das bancas examinadoras que faziam desaparecer os “pescadores de exames” e “moços ignorantes e pretenciosos”. Naquele ano, na cidade de Teresina, houveram 26 (vinte e seis) aprovações, das quais 15 (quinze) foram conquistadas por alunos do “Colégio Nossa Senhora das Dores”.

No exemplar de 1886 há uma matéria intitulada “Exames geraes [sic.] de preparatórios” que também discorre sobre o assunto. No entanto, neste ano, a redação faz um longo texto sobre as novas medidas do Governo Imperial que suspendia ou excluiria as bancas de “Exames Gerais de Preparatórios” nas Províncias que não haviam faculdades de ensino superior. O jornal critica a medida qualificando-a de “centralizadora”, “opressora” e “retroativa”, sobretudo, para as Províncias que não tinham instituições de ensino superior e que boa parte da população não poderia arcar com as despesas de mandar seus filhos para a Corte ou para as Províncias em que “Exames Gerais de Preparatórios” seriam realizados. De acordo com a redação de *A Mocidade Piauiense*, a

suspensão ou exclusão das bancas de exames de preparatórios em todas as províncias pelo governo imperial decorriam de sua pouca eficiência na rigidez e lisura do processo. Com isso, o jornal adverte que para resolver o problema dos abusos e escândalos ao redor do processo seletivo de ingresso de alunos nos cursos superiores não bastaria a suspensão ou exclusão dos exames preparatórios; ao tempo em que propõe que a solução mais bem adequada seria por meio da boa educação da sociedade e na indicação de inspetores criteriosos e com valores morais:

[...] Portanto, a medida que muito precisamos para melhorar o nosso sistema de ensino, o governo não a encontrará certamente na supressão ou extinção das bancas de exames nas províncias onde não houverem faculdades de ensino superior, e sim na boa educação e instrução do povo pois, como [...] acertadamente já o disse um sábio “é a educação e a instrução do povo – que resulta a perfeição moral do homem, a felicidade da sociedade; sem elas é impossível ilustrar se a razão, adornar-se o entendimento, aperfeiçoar-se o coração e suavizar-se os costumes.

Expressa o governo regulamentos e instruções sábias e previdentes; tenha nas províncias delegados ilustrados que as faça cumprir fielmente a mais minuciosa e moralizadora inspeção sobre o cumprimento dos deveres de seus subalternos; seja o pessoal docente dos estabelecimentos de instrução e o das mesas de exames composto de profissionais verdadeiramente babelitados que inspirem inteira confiança, quer pelo lado de sua capacidade intelectual, quer com relação ao que diz respeito ao critério, circunspeção e moralidade de cada um, q’com certeza a instrução pública se aperfeiçoará em nosso paiz, e desaparecerão de entre nós, os abusos de que tanto fala aqueles que atribuem ao grandioso sistema do ensino livre a decadência ou descalabro que notam neste importante ramo do serviço público.

Não se desanime pois a mocidade estudiosa; o governo do Brazil, ilustrado e altamente patriota como é tem muito amor à causa da instrução pública e sendo a sentinela mais avançada e vigilante da prosperidade da terra q’ nos viu nascer nos fará inteira justiça conservando nas províncias embora a contragosto dos retrógrados e pessimistas, as bancas geraes dos exames de preparatórios (EXAMES Geraes de Preparatórios. *A Mocidade Piauhyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 2).

Observa-se que não se trata somente de uma queixa sobre os novos regulamentos do governo imperial que limitava a realização dos exames de preparatórios às províncias que possuíam faculdade de ensino superior na década de 1880. Afora a suspeita de corrupção das bancas gerais de exames preparatórios, a matéria assinala o comportamento dos sujeitos que eram contrários à sua realização em determinadas províncias, que foram classificados discursivamente como “retrógrados” e “pessimistas”. Esses dois adjetivos versam diretamente para o pensamento oitocentista da educação como condição essencial para o progresso social. Daí, justifica-se a defesa da continuidade do ensino livre e descentralizado e da permanência das bancas de exames preparatórios em todas as províncias, à medida que muitos alunos ficariam impedidos de realizá-los por residirem em locais onde não havia faculdade de ensino superior, como a capital Teresina. A matéria dá notícias sobre a desconfiança existente em torno da atuação dos membros das bancas dos exames de preparatórios que nem sempre fazem o seu trabalho de inspeção de forma “criteriosa”, “prudente”, “lícita e moral”; prática que desqualificava o sistema de ensino brasileiro. Por último, verifica-se que a defesa do jornal é que a “boa educação e instrução do povo” seriam

as melhores maneiras de impedir práticas ilícitas, os abusos e escândalos possivelmente existentes nas bancas de exames de preparatório no período imperial.

Outro ponto importante de discussão que se faz presente nas páginas de *A Mocidade Piauihyense* refere-se a cultura escolar, normas da instituição e métodos pedagógicos. Sobre este aspecto, a seção “Expediente” e a matéria “Os Exames Preparatórios” registram parte das práticas escolares e de controle que sinalizam para as condutas e comportamentos desejáveis por parte da instituição de ensino na década de 1880.

Como foi apontado anteriormente, um dos aspectos notáveis refere-se à advertência aos pais e alunos publicada na seção “Expediente do Diretor” da edição de 1884 que trata das regras de visitas e/ou passeios dos alunos internos do “Colégio Nossa Senhora das Dores”. Todas as regras estavam previstas nos Estatutos do Colégio, como ajuíza a redação do jornal. O proprietário e diretor da escola esclarece que, a partir de 30 de julho de 1884, as solicitações para liberação de alunos internos seriam aceitas somente por escrito, quando não fosse possível que os parentes ou correspondentes dos alunos comparecem pessoalmente na instituição escolar. A partir de então, não seriam mais atendidos pedidos verbais a fim de prevenir abusos. Entende-se que se o proprietário e diretor do “Colégio Nossa Senhora das Dores” determina este novo regulamento para a escola, em 1884, é porque havia desconfiança de que alunos internos estivessem burlando as regras de controle da escola.

Se o “Expediente do Diretor” de 1884 é de advertência para os pais e alunos internos, o “Expediente” do ano de 1886 apresenta informações sobre premiações dos alunos internos, semi-internos e externos que se sobressaíam nos exames preparatórios, ao tempo em que também não deixava também de apontar medidas punitivas para alunos que tentavam infringir as normas. Sobre o primeiro ponto, as premiações, elas eram destinadas para os alunos internos, semi-internos e externos que alcançassem maior número de “lições ótimas” nos cadernos das aulas que frequentassem durante o mês. Estes alunos receberiam do diretor do Colégio o prêmio de 3:000 contos de réis. O aluno que recebesse o maior número de prêmios durante o ano letivo seria premiado com uma “obra de literatura de valor nunca inferior que 4:000 reis”. Os alunos internos que fossem aprovados nos “exames preparatórios” com distinção receberiam uma medalha de ouro do diretor do Colégio. Entretanto, se algum aluno interno ou semi-interno alterasse ou falsificasse as notas das “lições ótimas” deveria ser punido com a privação do recreio por três dias consecutivos e o aluno externo seria “punido com as estabelecidas pelo artigo 16 dos Estatutos do Colégio” (EXPEDIENTE. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 1).

A análise das duas edições de *A Mocidade Piauihyense* permite entender questões pertinentes a instrução e a educação no Piauí de 1884 e 1886, sobretudo, relativas ao ambiente escolar do “Colégio Nossa Senhora das Graças”. Nessas duas edições não há muitas informações sobre o corpo docente do Colégio, mas há uma matéria que aponta para as condições do magistério no Piauí, especialmente sobre a mulher na educação. Na edição de 1886 foi publicada uma matéria intitulada “Da mulher no magistério” apresentando as qualidades e as diferenças da atuação da mulher e do homem na formação e educação escolar das crianças. A matéria, *a priori*, sugere duas perspectivas de análises. A primeira se formaliza por meio da leitura dos primeiros parágrafos onde se reforça as diferenças entre o papel do homem e da mulher, com ênfase para o papel dela na educação dos filhos por possuir características próprias do sexo feminino:

O que é uma creança nos seus primeiros anos? Uma inteligência que desabrocha entre graças e risos, inocência e sentimento.

Sem razão e sem experiência o que a creança faz é operado só pelo sentimento.

Esta regra sendo geral compreende a educação. O menino aprende e se educa pelo sentimento.

Ora em quem ele pode achar um mestre que esteja mais de harmonia com o seu ser?

No homem? – O homem ordinariamente não possui a paciência e a bondade, que as creanças precisam de achar em quem trata com ellas. A gravidade do seu semblante, não

preciso tanto, a sequidão do seu trato ou esse conjunto de qualidades viris, que para os adultos o torna respeitável, para as crianças faz d'elle um ente inhumano e medonho.

Na mulher? – Sim. A mulher proclama-se geralmente – é o educador por excelência. Só a mulher saber sorrir á infância. Ella só sabe empregar a carícia e despertar a alma, e as sympathias para dirigir-lhe os primeiros vôos. Ella só conhece os caracteres do alfabeto d'alma, porque só ella o estuda perto dos berços; quem não lhe vio o começo não pode adinhar-lhe o fim. Portanto doçura, sentimentos, bondade, todo o menino encontra na mulher igual a si. Se para ele o homem revestido de autoridade é um ente temível, a mulher nas mesmas condições é ente amável. D'ahi a dom da insinuação que falta no rosto e na voz do homem, e que a mulher possui em subido grão para facilitar a transmissão de sentimentos (DA MULHER NO MAGISTÉRIO. *A Mocidade Piauhyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 3).

A segunda interpretação decorre a partir da metade da matéria, quando se verifica a defesa da importância da mulher no ensino como professora. As qualidades do feminino são exaltadas para defender a atuação das mulheres no magistério:

[...] Por último o discípulo do homem nunca tem qualidades do discípulo da mulher, O discípulo do homem é pouco delicado, um tanto arrogante e quase sempre licencioso e secco.

O da mulher sahe da escola cheio de preciosas qualidades. Coração generoso e sensível, maneira atenciosas, espírito vivo, franco e fino, tudo em summa que constitue o perfeito cavalheiro, ele tem e mostra ter a cada passo.

Costuma-se dizer que a mulher afemina os alunos, e não é respeitada por eles. Isso porem é o que há de menos conforme a verdade.

Do mesmo modo que a mãe educada convenientemente não afemina seus filhos, a professora não afeminará seus discípulos se possuir o conjucto de qualidades que devem torna-la digna de magistério.

Uma mulher esclarecida, inimiga de prejuizos, sciente dos deveres do homem, dotada de tal bondade que saiba misturar a lição com o sentimento, a dignidade com o amor, não pode deixar de dar á seus discípulos uma boa educação.

Vou mais longe: A educação dada pela mulher que reúne estas condições é a melhor educação que se pode desejar. Sobre polir e desbravar o homem da sua natural rudeza, fará ele seja tão cumpridor dos seus deveres, como amigos dos seus semelhantes.

Desde que o sentimento e não a razão, que encaminha os bons instinctos, e corrige ou modifica os maus, o magistério feminino é o mais poderoso auxiliar do evangelho.

Quanto a falta de respeito, ninguém se arreccie d'isso.

De quem vem o respeito? Do sexo? Não. O homem ignorante e sem educação não inspira respeito algum. Do character do professor? Também não. O mau professor não é respeitado faz-se temer pela sua maldade.

Se, pois, o respeito não vem do sexo nem do cargo mas das qualidades postas ao serviço deste é claro que, em iguaes

condições, tanto repito deve merecer o mestre como a mestra. [...].(DA MULHER NO MAGISTÉRIO. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 3).

Mais do que reforçar os papéis tradicionais da mulher, o objetivo da matéria parecia ser outro: afirmar o seu lugar na educação escolar como professora. Ou ainda uma resposta para posicionamentos que colocavam em xeque a atuação das mulheres no magistério, por conseguinte, na formação dos filhos através do sistema educacional e sua firmeza frente aos alunos. Traços perceptíveis no discurso de defesa de que a mulher não “afemina” os homens e do respeito dos alunos em relação as mestras.

Sobre a atuação das mulheres no magistério como normalistas, professoras, mestras, no período oitocentista, deve-se levar em conta um conjunto de transformações socioculturais, políticas e econômicas que implicavam diretamente sobre os papéis tradicionais femininos. Numa sociedade ainda marcada pelo patriarcado, as restrições do campo de atuação das mulheres no espaço público eram evidentes quando se defendia ainda como parte de suas funções sociais o papel de esposa, a responsabilidade de educar os filhos e dona do lar. Assim, atuar no espaço público, que era próprio para os homens, suscitava inquietações e reservas mesmo no campo da educação em que se entendia que o magistério era uma extensão das funções sociais das mulheres.

A matéria ressalta a importância das mulheres na formação das crianças porque, neste período, entendia-se que, além de instrutores, os professores eram educadores. Ou seja, os professores eram responsáveis pela formação dos alunos em “[...] conformidade com os princípios que respeitassem os valores sociais vigentes”, como afirma Costa Filho (2006, p. 103). O autor ainda acrescenta que durante o império havia a ideia de que a educação civilizava e regenerava a sociedade, para tanto, havia necessidade de pessoas qualificadas para esta função. A fim de atender esta necessidade é que se cria o curso normal, mas que não se firmou durante o período provincial⁶.

Corroborando sobre este assunto, Queiroz (2008) afirma que o fechamento da primeira Escola Normal do Piauí, em 1987, retratava a precariedade da situação financeira da província. Medida que contribuiu para que nos anos oitenta do século XIX se ampliasse a ideia da função do professor como diretor intelectual da mocidade. Deste modo, a autora apresenta o discurso do diretor da Instrução Pública e da Escola Normal que, em 1882, é pontual ao destacar o papel do mestre e de suas qualidades para o desenvolvimento da criança, pois via-se no professor a função de “[...] formador da sua personalidade e de auxiliar no ensino religioso. Via o magistério como um ofício e quem quisesse exercê-lo, acrescenta, havia de o conhecer” (QUEIROZ, 2008, p. 30).

Ainda em 1882, quando da inauguração do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, os discursos sobre a educação como elemento primordial para o progresso da humanidade e como necessidade da população do Piauí apareciam com certo vigor. Neste momento já é possível encontrar discursos sobre a defesa da mulher no magistério no Colégio por meio de um dos seus mestres, o Dr. José Faustino da Silva, ao fazer “apologia ao progresso” e um “incitamento à educação da mulher”, como descreve Queiroz (2008, p. 50):

[...] O discurso do Dr. José Faustino da Silva fez a apologia ao progresso e da ciência e um incitamento à educação da mulher, que estaria sendo injustiçada, pois era excluída da herança da ciência dos antepassados. Dirigindo-se às mulheres, exclamava “[...] deveis também ser o meio para a consecução e propagação dos preceitos santos da moral, deveis ser a educadora da mocidade”. O autor se autoproclamava propugnador e propagador das ideias do século.

O discurso de incitamento à mulher como educadora da mocidade reunia em torno de si as posições científicas com o ideal cristão tão prementes na mentalidade do final do século XIX e início do século XX. Segundo Queiroz (2008, p. 93), forjava-se no final do século XIX o ideal da professora primária atrelado ao trabalho de sacerdócio e missão como uma tendência natural para o apego e compreensão da infância. Cabia as professoras normalistas a função social de reprodução

⁶ Em 1864, data-se a ideia de criação do curso de formação de professores, como explica Costa Filho (2006, p. 123).

dos valores sociais, a catequização e o enquadramento das crianças e/ou da mocidade de acordo com os preceitos morais e religiosos vigentes.

O jornal *A Mocidade Piahyense* ajudava a construir e reforçar a professora ideal e idealizada do século XIX. Defendia que a mulher é o(a) educador(a) por excelência. Consequentemente, “uma mulher esclarecida, inimiga de prejuízos, sciente dos deveres do homem, dotada de tal bondade que saiba misturar a lição com o sentimento, a dignidade com o amor”, fazia jus a formação das crianças por meio da educação formal e ao papel da mulher educadora. De acordo com Queiroz (2008, p. 97), na década de 1880, “difundia-se a crença no papel decisivo a ser exercido pela mulher no ensino infantil”. Afinal, a delicadeza da mulher não poderia ser dispensada no processo de formação da criança, visto que sendo “esclarecida” e ciente dos “deveres do homem” e seu compromisso com a masculinidade, não deixaria de oferecer aos seus discípulos a boa educação.

Razão e sentimento estão presentes no discurso jornalístico de *A Mocidade Piahyense* e se apresentavam como um campo de demarcação da diferença da educação realizada por homens e mulheres. A partir do entendimento de que homem é racional e a mulher sentimental, ambos exerciam um papel de autoridade por vias distintas. O homem é temido; a mulher é amável. Alegava-se que a natureza “rude”, “arrogante”, “licenciosa” e “viril” do homem seria polida pela educação escolar realizada pelas mestras “[...] que encaminha os bons instintos [sic.], e corrige ou modifica os maus, o magistério feminino é o mais poderoso auxiliar do evangelho”. Com isso, o jornal acabava por reforçar a conjugação dos preceitos cientificistas com os cristãos na definição de “[...] um novo tipo ideal de mulher, socialmente atuante e consciente, mas reprodutora da educação católica. Estava definida a sua atuação na terra e garantida a salvação no céu” (QUEIROZ, 2008, p. 96).

A propósito da falta de respeito dos alunos em relação as professoras na matéria “Da mulher no magistério”, a questão pode ser analisada da seguinte forma. Segundo Queiroz (2008, p. 34), apesar do crescimento acentuado que se fez observar no ensino primário com a criação da Escola Normal na Província do Piauí, as normalistas foram alvos da crítica da imprensa. A autora destaca que as principais críticas concernentes à atuação das normalistas emanavam do método de ensino que era mais teórico e mnemônico que intuitivo e prático; do despreparo técnico das mestras; do pouco entusiasmo das professoras pela carreira; do abandono da carreira quer pela preguiça, quer pela obtenção de núpcias; do incipiente aumento do número de alunos nas escolas que tinha normalistas na direção (QUEIROZ, 2008, p. 35).

Sobre a quantidade de professoras no “Colégio Nossa Senhora das Dores” não é possível precisar pela falta de documentos e fontes que contribuisse diretamente para tal empreendimento. Todavia, o próprio jornal apresenta alguns dados que apontam que no ano de 1886 havia pelo menos 04 (quatro) mulheres como mestras. Maria Emygdia Castelo Branco, Corina Paz, Emília Pereira e Luiza Tavares são citadas como “‘verdadeiras heroínas das letras’, são outras tantas glórias da pátria, que no exercício do magistério conquistam diariamente os mais brilhantes louros e as mais immorredouras visctorias” (A INSTRUÇÃO. *A Mocidade Piahyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 5, [sic.]).

A professora Maria Eygdia Castelo Branco ainda aparece na seção “Anúncios”, na qual oferece aulas particulares de instrução primária para meninas e meninos com preços estipulados de acordo com os estatutos do “Colégio Nossa Senhora das Dores”. Neste anúncio ainda é possível perceber as diferenças da oferta de aulas de instrução para meninas e meninos, uma vez que as aulas particulares avulsas aconteciam semelhantes à rede oficial de ensino (COSTA FILHO, 2006, p. 137). Para as meninas ofertava-se o “primeiro curso” e o “segundo curso”, visto que lhes era permitido apenas o ensino primário; e para os meninos “matérias de ensino”. Contudo, verifica-se que para as meninas e os meninos, respectivamente, o “primeiro curso” e “matérias de ensino” se identificavam em quase todos os aspectos, pois trata-se de aulas de “leitura e caligrafia”, “princípios de moral e religião”, “princípios de contabilidade”, “noções de gramática portuguesa”. A diferença marcante entre os dois estava no fato de que para o “primeiro curso”, dedicado para as meninas, acrescia “os mais delicados trabalhos de agulha”. O “segundo curso” para as meninas contemplava aulas de “gramática portuguesa”, “aritmética”, “sistema de métrica decimal”, “noções de geografia e história”, “música”, “continuação dos trabalhos de agulha”, “bordados a ouro”, “flores”.

No período oitocentista, o anúncio de aulas particulares de instrução primária e secundária

e cursos gratuitos se fez muito presente na imprensa piauiense porque refletia o panorama da instrução pública da Província do Piauí ainda deficiente. Professores ofereciam aulas avulsas de acordo com sua habilitação e especialização, podendo ser realizadas nas residências dos mestres ou dos alunos e nos colégios particulares. A exemplo da mestra Maria Eygdia Castelo Branco que oferecia aulas particulares a serem realizadas no “Colégio Nossa Senhora das Dores”, no valor de 3\$000 mensais. De acordo com Queiroz (2008, p. 48), Maria Eygdia Castelo Branco exercia a função de professora particular de primeiras letras para o sexo feminino antes da criação do Colégio, em 1882. A partir de então, sendo professora e esposa do proprietário e diretor do Colégio, passou a ser a responsável pelas crianças do sexo feminino matriculadas naquela instituição de ensino. Além das aulas particulares, por vezes, pode ser encontrado dados sobre a oferta de cursos gratuitos na instituição escolar. Na edição de 1886 de *A Mocidade Piauihense* há a oferta do curso gratuito “Sciencias physicas e naturaes” no Liceu Piauiense.

Ao longo do jornal é presente o discurso de que a educação/instrução é uma das maneiras de livrar a Província do Piauí do atraso cultural, da ignorância e da barbaridade que se arrasta desde o período colonial. Esse conteúdo aparece mais fortemente na edição de 1886 e através da figura do proprietário e diretor do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, o capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco. É exaltada sua postura como diretor do Colégio, como um “amante da instrução e da educação”, um “homem ilustrado e criterioso” e detentor de “raro zelo na gestão interna” de maneira que tem conseguido a confiança dos pais dos alunos matriculados. Outro ponto enfatizado é que o “Colégio Nossa Senhora das Dores” é uma prova de que a educação da Província do Piauí não ficou estacionada. Antes apresentava vertiginoso desempenho na carreira das letras na década de 1880, enfrentando as batalhas impostas pelas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ainda viventes no Piauí: uma Província rural e pouco afeita a educação.

Costa Filho (2006, p. 127) sustenta que ainda na segunda metade do século XIX, “[...] o interesse da maioria da população, em relação ao ensino, era apenas desasnar a criança [...]”, paradoxalmente ao ideal racionalista e iluminista premente no Império de que a educação era condição essencial para o progresso da população, como salienta Queiroz (2006, p. 29). Com isso, os professores, diretores e proprietários de escolas, colégios e liceus são reconhecidos pelo jornal *A Mocidade Piauihense* como “fervorosos apóstolos e invencíveis batalhadores da causa sacrossanta da instrução” e que, antenados ao século das luzes, mudariam o estado de ignorância em que se encontrava a maioria da população local.

Considerações Finais

Analisar as duas edições do jornal *A Mocidade Piauihense* desperta o olhar para história do Piauí num momento em que as províncias mais afastadas dos centros de poder, maiormente, enfrentavam uma estrutura política, econômica e sociocultural marcada pelo sistema escravista, agrário e rural. Na década de 1880, as permanências pareciam ser mais sintomáticas que as mudanças, apesar de já se verificar a chegada dos primeiros sinais do progresso por meio da linha telegráfica e da navegação a vapor em solo piauiense. Outras medidas também se fizeram sentir na Província do Piauí, a exemplo das reformas do sistema escolar no Império e o “crescimento” das tipografias e jornais.

Os discursos veiculados em *A Mocidade Piauihense* oportuniza fazer uma leitura sobre a História e a educação escolar no Piauí provincial. Logo, através deste jornal escolar/estudantil foi possível compreender mais sobre a realidade do Piauí na década de 1880 e as relações existentes entre o “Colégio Nossa Senhora das Dores” e os demais sujeitos sociais envolvidos no processo ensino aprendizagem, tais como a comunidade estudantil, professores, pais ou responsáveis, direção, turmas de alunos e a vida escolar. Nota-se que na década de 1880 o quadro do sistema escolar encontrava muitas dificuldades, sobretudo, das condições objetivas que lhes eram necessárias. Todavia, a redação do jornal nos anos de 1884 e 1886, sob a responsabilidade da Associação de Estudantes do “Colégio Nossa Senhora das Dores”, não apresentava desânimo. Antes, publicava discursos animadores de que o Piauí marchava a passos largos no campo das letras e asseguravam que: “a mocidade de um e outro sexo debate-se com ardor na arena das letras por amor da instrução; o viajor inteligente e curioso regorgita-se de prazer vendo que entre nós,

em cada praça, em cada rua e cada subúrbio da cidade, finalmente, as escolas se abrem aos filhos do povo, para batalharem contra as travas da ignorância” A INSTRUÇÃO. *A Mocidade Piauihyense*. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 5, [sic.].

Para além do reconhecimento das potencialidades da imprensa como fonte e/ou objeto de pesquisa, compete ressaltar que “o pesquisador dos jornais trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só abarca um aspecto de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (LUCA; MARTINS, 2006, p. 140). Ou seja, Luca e Martins (2006) apontam que o pesquisador trabalha com discursos e nesse papel deve analisá-los dentro do contexto histórico em que foram produzidos e publicados. De tal modo, apesar do discurso animador sobre o crescimento do sistema escolar do Piauí construído pela redação de *A Mocidade Piauihyense*, sabe-se que na década de 1880 e até a primeira metade do século XX o panorama educacional do Piauí era deficiente mesmo com as reformas de ensino no Império e a maioria da população não possuía condições concretas de frequentar as escolas.

Referências

A MOCIDADE PIAUHYENSE. **Os exames de preparatórios**. Teresina, 31 jul. 1884, ano II, n. 15, p. 1.

_____. **A instrução**. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 5.

_____. **Exames geraes de preparatórios**. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 2.

_____. **Expediente**. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 1.

_____. **Da mulher no magistério**. Teresina, 20 set. 1886, ano III, n. 30, p. 3.

AMARAL, Giana Lange do. **Reflexões sobre a produção de jornais estudantis em escolas de ensino secundário (1930-1960)**: A contribuição da obra “Jornais Escolares” de Guerino Casasanta. [s.d.]. Disponível em: [http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/REFLEXOES%20SOBRE%20A%20PRODUCAO%20DE%20JORNAIS%20ESTUDANTIS%20EM%20ESCOLAS%20DE%20ENSINO%20SECUNDARIO%20\(1930-1960\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/REFLEXOES%20SOBRE%20A%20PRODUCAO%20DE%20JORNAIS%20ESTUDANTIS%20EM%20ESCOLAS%20DE%20ENSINO%20SECUNDARIO%20(1930-1960).pdf). Acesso em: 13 out. 2019.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. Educação em Teresina na segunda metade do século XIX. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis**. Anais XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

FERREIRA, Vinicius Ribeiro Cordão; RÉGO, Ana Regina Barros Leal. Do jornalismo político a visibilidade literária: o panorama da imprensa piauiense no século XIX. In: **Temática**. Ano X, n. 09, 2017. p. 122-139.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: UFPI, 1996.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. O jornal e a revista escolar: seu lugar nos projetos educativos das escolas e sua importância para a escrita da história das instituições escolares. In: _____. (org.). **História de instituições escolares: sujeitos, práticas educacionais e cultura material**. Teresina: EDUFPI, 2016.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: _____. ; LUCA, Tania Regina de. (orgs.).

História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba: educação e sociedade na primeira república.** Teresina, PI. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, 2007.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí.** Teresina: FUNDAPI, v. 4, 2007.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí.** 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo.** 2 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

_____. **A educação no Piauí (1880-1930).** Imperatriz, MA: Ética, 2008.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História e imprensa no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WERLE, Flávia; BRITO, Lenir Sá; NIENOV, Gisele. 2007. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. In: **Educação em Revista.** n. 45, Belo Horizonte.

Recebido em 16 de fevereiro de 2020.

Aceito em 19 de março de 2020.